

## ARRANJOS URBANO-REGIONAIS NO BRASIL: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade

---

Rosa Moura\*

---

### PRESSUPOSTOS INICIAIS E DELIMITAÇÃO DE UM PONTO DE VISTA

Pesquisa realizada sobre as dinâmicas territoriais recentes no Brasil revelam espacialidades ainda mais concentradoras e desiguais que nas fases anteriores da urbanização brasileira (MOURA, 2009). Sobre o tema, há uma vasta literatura acerca de configurações aglomeradas que, em grande parte, explora processos espaciais, morfologias e transformações nas relações intraurbanas, resultantes de avanços nos meios de comunicação e informação e na reestruturação produtiva. Essa literatura enfatiza que se engendram espaços “pós-urbanos”, sob a deslocalização da cidade pelos efeitos descentralizadores e deslocalizadores dessas novas tecnologias – muitas das quais indisponíveis nos países periféricos.

Percorrendo essa literatura, a pesquisa põe em xeque a tendência quase natural de incorporar, ajustar o uso e paradigmaticamente seus conceitos e suas abordagens teóricas, sem considerar as particularidades e singularidades da natureza dos processos em cada geografia. A partir de hipóteses confirmadas, defende o ponto de vista de que cada vez mais a aglomeração está presente entre as configurações espaciais que comandam as relações econômico-culturais contemporâneas, dado que a proximidade valoriza as relações entre lugares e sujeitos, pelas possibilidades de trocas, criação, inovação, e por potencializar recursos e conquistar a inserção do território nos circuitos mais modernos da divisão social do trabalho. Mesmo assim, os efeitos positivos da proximidade não absorvem nesse processo a totalidade do território e dos sujeitos, reforçando a fragmentação, a desigualdade e a exclusão.

---

\* Doutora em Geografia, pesquisadora do IPARDES e da rede Observatório das Metrôpoles. E-mail: rmoura@pr.gov.br. A autora agradece a contribuição de Olga Lucia C. de F. Firkowski, pela orientação e debate teórico-conceitual ao longo de toda a pesquisa. Agradece também a colaboração de Sachiko A. Lira, na aplicação e discussão dos resultados da análise exploratória espacial.

## UMA NOVA CATEGORIA PARA A CONCENTRAÇÃO RECORRENTE

A pesquisa aqui considerada identifica e conceitua uma categoria espacial específica, não contemplada pela literatura especializada: a dos arranjos urbano-regionais. Esses arranjos são unidades concentradoras de população, relevância econômico-social e infraestrutura científico-tecnológica. Possuem elevada densidade urbana, forte articulação regional e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior. Constituem unidades de alta produtividade e renda, dadas as atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, tendo como segmentos estruturadores os mais modernos da indústria de transformação, ou funções terciárias superiores. Caracterizam-se, fundamentalmente, pela multiplicidade escalar, que é elemento ao mesmo tempo potencial e complexo para o desempenho de ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento e da solução de problemas comuns.

Os arranjos urbano-regionais respondem por atividades diversificadas, operando como espaços receptores e difusores de decisões e capitais, e participando de modo mais integrado nos âmbitos estadual, nacional e internacional, como os principais elos na divisão social do trabalho. Frutos do processo de metropolização contemporâneo que manifesta espacialmente o modelo de desenvolvimento vigente, marcam-se como focos concentradores, que se firmam como os principais centros na rede urbana. Mais que morfologias, configuram-se em polos da diversificação produtiva e da diversidade social, potencializando sua capacidade multiplicadora e aceleradora de fluxos e dinâmicas, e sua condição propícia como localizações privilegiadas à reprodução e à acumulação do capital.

Paradoxalmente, os arranjos urbano-regionais concentram também elevados volumes de pessoas pobres, de déficits e carências, majoritariamente nos municípios de maior porte e com indicadores de melhor desempenho econômico e social, além de que se avizinham de municípios que desempenham atividades tradicionais, estes mais distantes das infraestruturas disponíveis e menos integrados às dinâmicas principais dos respectivos arranjos. Assim, são assimétricos quanto aos elementos constitutivos e em suas configurações espaciais, com distintos níveis de integração entre municípios e segmentos, porém, a despeito das desigualdades internas, os arranjos urbano-regionais são propulsores da economia dos respectivos estados e regiões, refletindo o padrão concentrador do modo de produção.

Morfologicamente, absorvem em uma unidade espacial, contínua ou descontínua, centros urbanos e suas áreas intersticiais urbanas e rurais – um rural transformado. Mais que isso, em seu processo de expansão estreitam relações e dividem funções com aglomerações vizinhas, que incorporam a essa unidade, em extensões com raios de aproximadamente 200 quilômetros, propiciando vínculos com arranjos singulares e outras aglomerações mais distantes, estendendo sua influência para além dos limites estaduais. Sua constituição corresponde às dinâmicas

mais intensas e mais complexas comparativamente a outras porções do território, caracterizando-se como formações que transcendem o padrão das aglomerações urbanas, com uma constituição simples de polo e periferias, alcançando uma escala urbana mais complexa e uma dimensão regional.

Ou seja, os arranjos urbano-regionais extrapolam a cidade enquanto forma física delimitada pelo espaço construído e contínuo, incorporando formas nem sempre contínuas de aglomerações urbanas mais extensas, dificultadas no exercício de funções públicas de interesse comum a mais de um município; ao mesmo tempo, assimilam a perspectiva da região, ao polarizarem diretamente um território que transcende o aglomerado principal e que aglutina outras aglomerações e centros das proximidades, como também espaços rurais, assumindo uma multidimensionalidade e uma transescalaridade que demarcam seu caráter complexo, em uma configuração híbrida entre as noções do urbano e do regional; e funcionam ainda como polos regionais, respondendo por impulsionar e difundir o desenvolvimento.

Essa forma espacial ampliada dos arranjos urbano-regionais beneficia-se das possibilidades de comunicação, que viabilizam a expansão contínua e descontínua da área urbana, reforçam os fluxos internos e ampliam os externos. Manifesta, pois, a tendência ao reforço da concentração regional, acompanhando a dinâmica mundial de favorecimento às localidades mais bem servidas aos requisitos da economia global, que tornam mais concreta a ação conjunta de atores globais ou globalizados, facilitando a produção, circulação, distribuição e informação corporativas, produtos exportáveis, assim como atividades especulativas, o que leva à ampliação de sua dinâmica diferenciada.

Tais arranjos são formados e moldados por elementos naturais e históricos, em processos relativos à apropriação e uso do território, repletos de ideologias, que influenciaram as referências técnicas que ressaltam sua caracterização e ampliam suas possibilidades. Por assim dizer, refletem processos passados e criam as condições para processos futuros (SANTOS, 1977).

Na literatura consagrada, alguns conceitos referem-se a morfologias que transcendem espacialmente o âmbito urbano compacto ou disperso. Sob perspectiva da forma, tanto a noção de cidade-região global (SCOTT *et al.*, 2001) quanto a de megarregião (SASSEN, 2007) resgatam ideias acerca da megalópole, dos anos 1970, que por sua vez inscreve a noção de metápole, ou metametrópole – termo proposto por Ascher (1995) para uma pós-polis, ou algo que ultrapassa e engloba a polis, oriunda de um processo de metropolização “metastásica”, ou aparição de elementos de natureza metropolitana em territórios não contíguos e não-metropolitanos, desenvolvendo-se de maneira anárquica, não-hierarquizada. Outras concepções morfológicas acentuam as características de grandes espaços sem centro, sem unidade, pós-polis, como se verifica nas noções de exópole (ou ex-polis, o que já não é mais cidade) e pós-metrópole (SOJA, 2002) – metáfora da metrópole, cidade paradoxal tornada *inside-out*, pela urbanização periférica e expansão dos entornos, ou *out-side in*, pois todas as periferias do mundo estão no centro, em sua própria zona simbólica.

O conteúdo desses conceitos não se mostrou adequado à natureza e às especificidades dos arranjos urbano-regionais identificados, seja por resultarem de processos induzidos que não se reproduziram no Brasil, na mesma intensidade; seja por exacerbarem a condição metropolitana em suas mais variadas transformações, ainda restrita no País a partes de algumas centralidades principais; seja ainda por tratarem de configurações resultantes de efeitos de tecnologias e infraestruturas, tampouco disponíveis. O fato urbano-regional expresso no caso de São Paulo configura, talvez, o único arranjo para o qual alguns conceitos são pertinentes, e sob ressalvas.

Entre processos e formas, o enfoque contempla a complexidade social e a multiescalaridade intensificadas em arranjos urbano-regionais. Nesse sentido, volta-se a uma breve reflexão sobre concepções, estruturação e políticas de escala, tomando o exemplo da escala “Região Metropolitana” em contraposição a outras escalas. Aponta a fragilidade dessa escala instituída e coloca em discussão outras escalas do desenvolvimento, constatando a sobreposição escalar e concluindo pela necessária e urgente ação transescalar para efeitos de políticas públicas em morfologias complexas.

## ARRANJOS IDENTIFICADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL

A identificação dos arranjos baseou-se tanto no resgate de classificações precedentes, construídas com outras finalidades, mas com resultados comparáveis, quanto na combinação da análise fatorial com métodos da estatística de autocorrelação espacial, cujos resultados revelaram as porções mais densas, concentradas e em movimento do território brasileiro. Dos estudos anteriores considerados foram mapeados todos os municípios apontados como integrantes de aglomeração urbana, segundo o IPEA (2002), de áreas de concentração de população, conforme IBGE (2008), assim como aqueles classificados nos níveis de integração médio a muito alto, dentro do universo pesquisado pelo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009), e aqueles inseridos em algum tipo de unidade institucionalizada (RM, RIDE ou AU). Essa junção foi possível pois todas as classificações tiveram como objeto o fenômeno da aglomeração urbana. Em função dos diferentes objetivos e temporalidades de cada estudo foram incluídos diferentes municípios. Tais objetivos específicos, somados à defasagem de alguns indicadores, mostrou a necessidade de novos procedimentos que captassem unidades de outra natureza – a urbano-regional.

Tomando como base todos os municípios do Brasil criados até o Censo Demográfico de 2000, foram selecionados quatro indicadores, dois deles expressando concentração (tamanho populacional, com base na Contagem da População 2007 e estimativas populacionais para os municípios com população superior ao limite para a Contagem, e tamanho da economia, ou PIB total do município) e dois expressando movimento (intensidade dos deslocamentos pendulares, ou fluxos de pessoas para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência, em 2000, e participação do número de pessoas que saem do município para trabalho e/ou estudo sobre o total de pessoas do município que trabalham e/ou estudam).

Para verificar a dimensão morfológica dos aglomerados, particularizada nos arranjos urbano-regionais, conjugou-se a análise fatorial e análise exploratória espacial, esta utilizando a localização geográfica dos dados para identificar e descrever padrões de associação espacial, principalmente de agrupamentos de áreas com valores semelhantes (aglomerados espaciais ou *clusters*), com base no Índice de Moran Local (Estatística LISA - *Local Indicators of Spatial Association*), conforme Anselin (1995).

A aplicação resultou em um conjunto de situações, das quais se destacam apenas as aglomerações cuja estatística LISA foi significativa, com as seguintes classificações: (i) HH (*high/high*), que agrupa município com valor positivo e com a média dos vizinhos também positiva; (ii) LL (*low/low*), município com valor negativo e com a média dos vizinhos também negativa; (iii) LH (*low/high*), município com valor negativo e com a média dos vizinhos positiva; e (iv) HL (*high/low*), município com valor positivo e com a média dos vizinhos negativa. As duas primeiras (HH e LL) indicam pontos de associação espacial positiva, no sentido de que uma localização possui vizinhos com valores semelhantes, e as últimas (HL e LH) indicam pontos de associação espacial negativa, no sentido de que uma localização possui vizinhos com valores distintos.

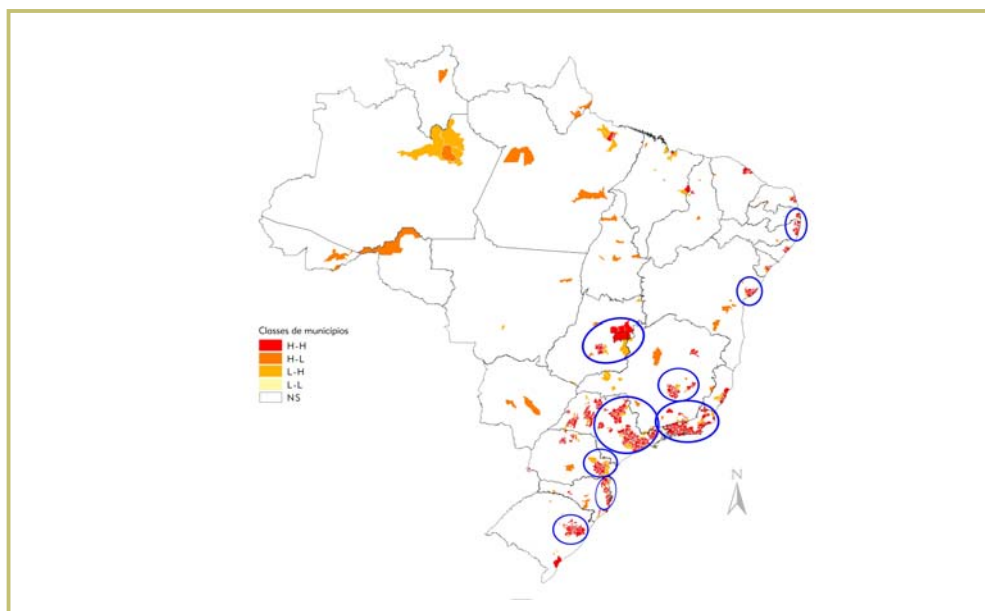
Uma comparação dos resultados da análise de autocorrelação espacial em relação ao conjunto de municípios identificados nas classificações precedentes mostra forte aproximação entre os resultados. De modo geral, os municípios classificados na condição HH, HL e LH representam a grande maioria dos municípios apontados nessas classificações, evidentemente sem considerar aqueles apenas inseridos em unidades institucionalizadas.

Entre as porções mais concentradoras de população, PIB e com maior densidade de fluxos pendulares de população para estudo e/ou trabalho, classificadas em HH, HL e LH pela análise de autocorrelação espacial, considerados alguns casos de não significância de polos, as espacializações mais aglutinadoras de unidades com autocorrelação espacial (ou aglomerações) foram destacadas como possíveis arranjos urbano-regionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília/Goiânia, Porto Alegre, Curitiba/Leste Catarinense, Belo Horizonte, Salvador e Recife/João Pessoa (figura 1).

A natureza urbano-regional desses arranjos foi confirmada a partir de comparações com os padrões descritos pelos movimentos pendulares da população, escala da polarização econômica e tecnológica e presença de atividades industriais inovadoras e com perfil de exportação. Em todos os arranjos, prevalecem elevadas proporções de participação do conjunto no total da população e do produto interno bruto dos respectivos estados e regiões, assim como é neles que ocorrem os maiores e mais densos fluxos de população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência. Estruturam-se a partir das principais centralidades da rede urbana do Brasil e suas regiões de influência funcional, econômica e técnico-científica ultrapassam os limites dos estados/regiões onde se inserem. As principais aglomerações industriais brasileiras situam-se nesses arranjos, o que aponta para

uma forte associação entre a atividade da indústria e o fenômeno da concentração expandida. Mesmo assim, fica claro que essa não é a atividade determinante, uma vez que há arranjos urbano-regionais pouco industrializados, como o de Brasília/Goiânia, assim como há importantes aglomerações industriais no Brasil que não configuram arranjos urbano-regionais, a exemplo de Manaus e Fortaleza.

FIGURA 1 - ARRANJOS URBANOS-REGIONAIS NO BRASIL



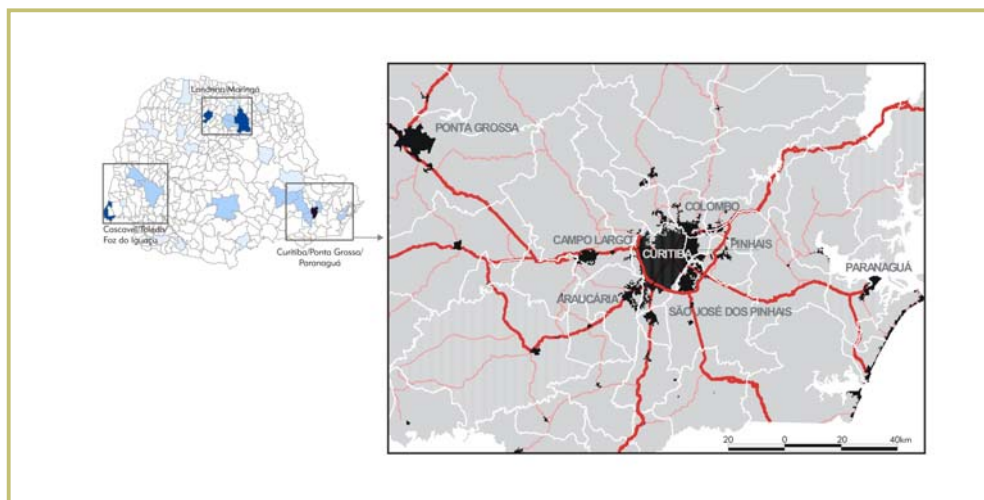
FONTE: Moura (2009)

A análise considerou mais detidamente a dinâmica da urbanização no Paraná, a conformação da rede de cidades, os fluxos decorrentes da circulação de mercadorias e acesso a serviços, e os movimentos pendulares da população para trabalho e/ou estudo, discutindo a emergência de três áreas de maior concentração (figura 2): o arranjo urbano-regional de Curitiba, com uma mancha ampliada que abrange a aglomeração urbana descontínua de Ponta Grossa assim como Paranaguá e a ocupação contínua litorânea – considerada por IPARDES (2005) como 1.º espaço relevante; e os arranjos espaciais singulares localizados nas regiões Norte Central, articulando as aglomerações urbanas de Londrina e de Maringá, e no Oeste paranaense, fundamentalmente definido pelos eixos aglomeração urbana de Cascavel/Toledo até Marechal Cândido Rondon, na direção noroeste, e na oeste, até a aglomeração transfronteiriça de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú.

No arranjo urbano-regional de Curitiba, a conjunção de condições históricas, reforçadas pela ação do Estado e interesses do capital, garantiu seu posicionamento como espaço de maior relevância no Paraná. A natureza da atividade econômica, sustentada por segmentos modernos da indústria, e sua articulação à atividade

industrial brasileira são os principais condicionantes e resultantes da inserção desse Estado na divisão social hegemônica do trabalho.

FIGURA 2 - ARRANJOS ESPACIAIS NO PARANÁ



FONTES: IPARDES, DER

Esse arranjo é polarizado por uma metrópole cuja área de influência cobre todo o território paranaense e adentra o Estado de Santa Catarina, compartilhando com Porto Alegre a polarização desse território. Seu quadro atual de municípios integrantes concentra mais de 35% da população, do emprego formal da Indústria e da infraestrutura técnico-científica do Estado do Paraná; concentra também mais de 50% dos fluxos de pessoas em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo, dos empregados formais nos Serviços e da localização das sedes das empresas entre as 500 maiores do Brasil. De forma mais acentuada, concentra ainda mais de 60% do valor adicionado total do Estado e mais de 70% do valor adicionado fiscal da Indústria e dos Serviços, dos ativos financeiros bancários e do faturamento dos estabelecimentos posicionados entre os 300 maiores do Paraná. Enfatiza-se que essa concentração é crescente, como demonstraram séries históricas relativas às últimas décadas.

A supremacia desse arranjo no âmbito do Paraná – uma “região ganhadora” (BENKO; LIPIETZ, 1994) – não decorre apenas de suas condições intrínsecas, como produto de articulações econômicas, políticas e de ações do Estado, que ressaltam sua condição de atratividade e manutenção de capitais diversificados. Para seu desempenho, contribuem os demais arranjos singulares, o restante dos municípios e microrregiões que se interpenetram ou se avizinham, sem demonstrar maior integração à dinâmica principal do arranjo – o mesmo vale para os demais arranjos em território nacional. Sua relevância se apoia em espacialidades “não ganhadoras”, cujos papéis mais tradicionais ou especializados fizeram com que o Paraná e, da mesma forma, o Brasil tenham se incorporado à divisão nacional e internacional do

trabalho de modo gradativo e diverso, envolvendo desigualmente a totalidade de seu território e de sua população. Cada parte, de acordo com seu tempo, compõe o mesmo processo, contribuindo para a efetivação do desenvolvimento desigual.

Essas características evidenciam uma realidade híbrida e complexa, aglutinando entre si três aglomerações que se expandem, compondo um espaço mais abrangente, enredado de relações que transcendem a dimensão urbana, propulsora da riqueza econômica, técnica e cultural gerada no ambiente metropolitano, assumindo dessa forma uma dimensão urbano-regional.

### 1.<sup>a</sup> HIPÓTESE CONFIRMADA: a aglomeração ainda importa

Duas hipóteses tiveram sua confirmação. A primeira, que enfatiza a importância atual da concentração, foi confirmada a partir da constatação de que os arranjos urbano-regionais emergem como a manifestação espacial de maior complexidade nas dinâmicas territoriais engendradas pela metropolização. Concentração, mobilidade, conectividade e proximidade agem como elementos essenciais na sua configuração e são inerentes à dinâmica produtiva em sua dimensão urbano-regional, relacionada aos estágios mais avançados da inserção do território na divisão social do trabalho.

Tanto o arranjo urbano-regional de Curitiba quanto os demais correspondem às porções mais concentradoras e dinâmicas dos respectivos estados/regiões – a maioria dentro da própria “região concentrada” do Sul/Sudeste brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001) –, que sustentam a divisão social do trabalho em sua perspectiva hegemônica. Sequer a reestruturação produtiva, a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação e a reorganização espacial do capital lograram reverter as centralidades concentradoras que se consolidam em território nacional, como produtos ou possibilidades a esses processos. Diante dessa constatação, os arranjos urbano-regionais tornam-se as localizações privilegiadas à reprodução do capital, num modelo de desenvolvimento que se mantém polarizador e que acentua as disparidades regionais, privilegiando territórios funcionais e rentáveis, em detrimento dos ineficientes ou pouco competitivos. Modelo este ainda mais seletivo, interdependente e fragmentado, particularmente pela sua vertente reticular.

As análises refutam algumas teorias em voga, particularmente a de que as relações centro-periferia cedem lugar a um novo modelo que provoca cada vez mais a divisão e a exclusão. Constata-se que as relações centro-periferia assumem processos mais complexos e formas mais diversificadas, sempre associados ao modo de produção e acumulação do capital. Distintamente de um modelo mais fragmentador e excludente, percebe-se nas aglomerações brasileiras o que Santos (1996) chama de um jogo dialético entre forças de concentração e de dispersão na organização do espaço, no qual, neste período, as primeiras forças são poderosas, mas as segundas permanecem igualmente importantes.

A despeito da densificação das relações em rede e da ideia de que as novas tecnologias de comunicação e informação tenderiam a romper a importância das



economias de aglomeração na organização do espaço urbano-regional, também se mantém ou se recoloca a centralidade do tema metropolitano e, conseqüentemente, das aglomerações em seu entorno. Ou seja, em pouco se concretizaram as hipóteses quanto aos efeitos deslocalizadores e desconcentradores das novas tecnologias, ao contrário, as grandes metrópoles se reforçam no processo de reestruturação do capital, passando a ditar o comportamento do sistema global. São as regiões ganhadoras (BENKO; LIPIETZ, 1994).

Para Davidovich (2004), a presente “volta” das metrópoles ao debate não se restringiu à agenda dos países desenvolvidos, mas compôs a agenda da política urbana de multilaterais que passam a focalizar a metrópole “como motor do crescimento econômico, não mais estigmatizada como uma expressão de patologia urbana” (p.201). Para a autora, apoiada em Veltz (1996), a base da volta da metrópole está nas mudanças econômicas mundiais, nos movimentos de recentralização do poder e reconcentração da riqueza. A concentração urbana (metropolitana) retoma seu papel estratégico na atração e fixação de ativos, na valorização do capital, agora como elo, por excelência, das articulações que se processam com a globalização da produção, do consumo e dos circuitos financeiros. Tal retomada deveria apoiar debates e medidas atinentes à dinâmica de produção do espaço, que se particulariza no aumento do número de concentrações urbanas e que acarreta “desafios novos para a gestão” (p.201).

De fato, mais que a dispersão da rede urbana, o que se verifica no Brasil é a expansão das aglomerações urbanas tanto no sentido espacial quanto em sua reprodução em novas localizações em território nacional, e a consolidação das principais centralidades, agora incorporando extensas áreas aglutinadas, configurando arranjos urbano-regionais. Verifica-se também a concentração da riqueza em um número limitado de grandes polaridades, com forte assimetria entre a economia dos centros e das periferias.

Com as mudanças advindas da globalização nas escolhas locacionais do capital, são fortalecidas grandes cidades, como suporte às relações internacionais, nas quais se localiza o comando do capital. Ao mesmo tempo, a centralidade urbana reitera seu papel fundamental na estruturação do espaço nacional. Storper e Venables (2005, p.22) argumentam que há fortes evidências de que as inovações na estrutura física de transporte ou informacionais “não acarretaram o fim das tendências urbanizantes do capitalismo moderno. Ao contrário, reforçam a localização industrial e o conseqüente crescimento das cidades”. Ademais, a força econômica do contato face a face, propiciado pelas cidades, contribui para a aglomeração espacial da atividade econômica e das pessoas, seja pelos efeitos de encadeamentos para frente e para trás das firmas, incluindo acesso aos mercados, seja pela aglomeração dos trabalhadores e pelas interações localizadas promotoras da inovação tecnológica. Em tais contatos ocorre tanto o que chamam de “burburinho das cidades”, quanto a inserção dos segmentos sociais, instituições, empreendedores e trabalhadores e seus interesses no âmbito das decisões que regem a alocação espacial de atividades e pessoas, como mostra Markusen (2005).

## 2.<sup>a</sup> HIPÓTESE CONFIRMADA: mesmo a proximidade provoca assimetrias

A segunda hipótese confirmada foi a de que a criação das externalidades que privilegiam os arranjos urbano-regionais decorre (de) e envolve municípios ou partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de contribuir no processo de transformação. Esse conjunto melhor dotado de vantagens comparativas e favorecido pela proximidade qualifica-se para a atração e sustentação de atividades e investimentos, portanto para a acumulação e reprodução do capital, passando a condicionar a organização da base produtiva. Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições e com pouca capacidade de articulação para conseguirem um salto de qualidade permanecem à mercê das sobras do processo, ou completamente à sua margem.

A análise do arranjo urbano-regional de Curitiba confirma essa situação. Os indicadores de maior participação na renda da atividade econômica, no mercado formal de trabalho, na alocação de atividades pertencentes a novos segmentos da economia, nas funções superiores e na gestão pública e empresarial restritos a poucos municípios. Incidentes generalizadamente entre os demais, constata-se os indicadores de maior carência ou baixo desenvolvimento, embora também apareçam incrustados em pontos do primeiro conjunto de municípios. Tais resultados distintos demonstram a presença não homogênea da técnica, da informação, da comunicação, do transporte, da indústria, entre outros fatores, na organização e desorganização do arranjo.

As características do arranjo urbano-regional de Curitiba evidenciam, assim, uma realidade híbrida e complexa, aglutinando entre si três aglomerações que se expandem, compondo um espaço mais abrangente, enredado de relações que transcendem a dimensão urbana, propulsora da riqueza econômica, técnica e cultural gerada no ambiente metropolitano, assumindo dessa forma uma dimensão urbano-regional. As atividades dos segmentos modernos vinculados à indústria metalmeccânica e química são estruturadoras das relações econômicas entre essas unidades e regem suas complementaridades. Relações que se extrapolam a municípios catarinenses, particularmente os fronteiriços e os que se avizinham a Joinville, e que orientam fortes articulações entre esse, assim como entre outros arranjos espaciais do Estado ou do País.

## MAIS QUE UM PONTO DE VISTA

Os arranjos urbano-regionais conformam, assim, um território diverso e desigual, que concentra ao mesmo tempo riqueza e escassez, no qual coexistem múltiplos tipos de atividades beneficiadas pelas externalidades da economia de aglomeração e pelas relações de proximidade. Emergem como a manifestação espacial de maior complexidade nas dinâmicas territoriais engendradas pela metropolização.

Tais condições remetem a novos desafios de gestão e a implicações quanto a um novo perfil de políticas públicas, adequado à sua natureza e dimensão híbrida. Perfil este que incorpore ações que se consubstanciem em possibilidades de efetivação das tendências impulsionadoras do desenvolvimento, verificadas nesses arranjos, porém que sejam mais abrangentes, organizadoras das relações e do território, mais inclusivas e mais abertas ao diálogo necessário com suas várias escalas. Além disso, que operem em dimensão transescalar e que resgatem o território em sua totalidade.

Essa nova ordem de políticas públicas deve contemplar a outra divisão do trabalho, como ressalta Santos (2006), decorrente da grande mobilidade de atores em quadros ocupacionais não formais, sobreviventes na flexibilidade tropical. Dessa divisão do trabalho, há que se valorizar o efeito de vizinhança emergente da força diversificada e renovadora das massas em movimento. Força que constrói localmente novas solidariedades e negociações cotidianas entre territórios, e que podem fortalecer horizontalmente e igualmente esses arranjos, incorporando municípios, regiões e segmentos ora excluídos.

## REFERÊNCIAS

- ANSELIN, L. Local indicators of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, Columbus, Ohio, US: Ohio State University Press, v.27, n.2, p.94-115, 1995.
- ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir dès villes**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras (Portugal): Celta Ed., 1994.
- DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- IPARDES. **Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional**. Curitiba, 2005.
- IPEA. **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.
- MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.

- SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. Society and space: social formation as theory and method. **Antípode**: a racial journal of geography. Worcester: Antipode, v.9, n.1, p. 3-13, 1977.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. **EURE**: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, v.33, n.100, p.9-34, dic. 2007.
- SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v.17, n.41, p.11-25, 2001.
- SOJA, E. W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- VELTZ, P. **Mondialization**. Villes et territoires. L'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.